

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de **FERRAMENTAS PARA ATENDER, NO ANO DE 2025, AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ALÉM DE, EXCEPCIONALMENTE, ABASTECER O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2	Requisitante:	Secretaria de Educação;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal;
1.4	Prazo:	1 (um) ano;
1.5	Tipo:	Menor preço unitário por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de **FERRAMENTAS PARA ATENDER, NO ANO DE 2025, AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ALÉM DE, EXCEPCIONALMENTE, ABASTECER O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	CATMAT /CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	466612	Alavanca Material: Aço Forjado Comprimento: 1,50 M	UND	5

		Diâmetro: 25 MM Características Adicionais: Cabo liso, com talhadeira e ponteira nas extremidades.		
2	445278	Alicate De Corte Diagonal Material: Aço Cromo Vanádio Tipo Corte: Diagonal Tipo Cabo: Isolado Comprimento: 5 Polegadas	UND	10
3	384209 CATMAT SEMELHA NTE	Alicate bomba Bico de papagaio 12 pol Material: Aço Cromo Vanádio Tipo Cabo: Isolado Comprimento: 12 POL Aplicação: Manutenção	UND	20
4	621682	Alicate Amperímetro Material: Pvc Tipo: Digital Corrente: Cc: 400 A 2000 / Dc:400 A 2000 A Voltagem: Cc: 4, 40, 400 E 1000 / Dc: 4, 40, 400 E 750 V Alimentação: Bateria Voltagem Bateria: 9 V Aplicação: Eletricidade Componentes Adicionais: Bolsa De Transporte/ Pontos De Prova	UND	8
5	410870	Alicate Bico Longo 6 Pol. Material: Aço Cromo Vanádio Acabamento Superficial: Fosfatizado Tipo: Chato E Longo Tipo Cabo: Isolado 1.000 Volts Comprimento: 6 POL	UND	4
6	606035	Alicate De Pressão Bico Reto Material: Aço Cromo Vanádio	UND	10



		Mordente Inferior: Reto Comprimento: 10 Polegadas Aplicação: Uso Geral		
7	402035	Alicate Universal 8 Pol Material: Aço Carbono Forjado E Temperado Material Cabo: Plástico Tipo Cabo: Isolado 1.000 Volts Tipo Corte: Reto Comprimento: 8 POL Características Adicionais: Cabeça E Articulações Lixadas, Corpo Fosforizado	UND	15
8	600874 CATMAT SEMELHA NTE	KIT/Conjunto Broca de engate rápido para Concreto Material: Aço Rápido Revestido Titânio Aplicação: Diversos Tipo: Escalonada Diâmetros: de 4 a 20mm	KIT	5
9	389082	Bolsa para Ferramentas Material: Náilon reforçado Material Fundo: Couro Material Armação: Metal Comprimento: 550 MM Altura: 400 MM Largura: 240 M Características Adicionais: Divisões Internas	UND	20
10	483574	Carrinho Mão Material Caçamba: Chapa Aço Galvanizado Material Pés: Ferro Quantidade Roda: 1 UN Tipo Roda: Pneu Com Câmara Capacidade Caçamba: 100 L	UND	20

11	602047	Cavadeira Articulada Material: Aço Sae 1042. Cabo: Madeira Comprimento Do Cabo: 150cm CM Comprimento Das Garras: 28 CM	UND	6
12	483290	Maleta Ferramentas Material: Chapa Aço Acabamento Superficial: Pintura Em Epóxi Pó Comprimento: 500 MM Largura: 200 MM Altura: 250 MM Quantidade Gavetas: 7 UN Tipo Caixa: Sanfona	UND	20
13	459175 CATMAT SEMELHA NTE	Jogo Chave Fenda Material: Aço Cromo Vanádio Tipo: Fenda Quantidade Peças: 5 Componentes: Chave Fenda ¼ x 4; Chave Fenda ¼ x 6; Chave Fenda 3/16 x 3; Chave Fenda 3/16 x 6; Chave de Fenda longa 3/8 x 14 Material Cabo: Emborrachado Características Adicionais: Ponta Magnetizada	KIT	8
14	459175 CATMAT SEMELHA NTE	Jogo Chave Phillips Material: Aço Cromo Vanádio Tipo: Phillips Quantidade Peças: 3 Componentes: Chave Phillips 3/16 x 3; Chave Phillips 1/4 x 5; Chave Phillips 1/8 x 3; Material Cabo: Emborrachado Características Adicionais: Ponta Magnetizada	KIT	8

15	251315	Chave De Teste Elétrico Material Haste: Aço Cromo Vanádio Tipo Haste: Isolada Comprimento: 135 MM Tipo Ponta: Chata Material Cabo: Plástico Cor Cabo: Azul Características Adicionais: Com Lâmpada Neon E Clipe Aplicação: Identificação De Fase Em Condutores	UND	5
16	483006	Cortador de Pisos e Azulejos 900mm Comprimento máximo de corte: 90cm Tamanho máximo de piso para corte diagonal: 640x640mm Espessura máxima de corte: 12mm Rodéis para substituição: Titânio/80mm/80mm (80 universal)	UND	2
17	441609	Colher Pedreiro Material: Aço Carbono Tamanho: 8 POL Material Cabo: Madeira Envernizada Características Adicionais: Reta - Inteiriça	UND	30
18	485348	Desempenadeira Manual Lisa Material: Aço Comprimento: 25 CM Largura: 16 CM	UND	20
19	485348	Desempenadeira Manual Dentada Material: Aço Comprimento: 25 CM Largura: 16 CM	UND	20
20	311625 CATMAT SEMELHA NTE	Disco de corte 4 polegadas Material: Óxido De Alumínio E Fibra De Vidro Diâmetro: 4 e 1/2 POL	UND	100

		<p>Tipo: Esmerilhadeira</p> <p>Aplicação: Materiais em aço carbono e aço inox, tais como tubos, chapas, perfis, barras e outros materiais ferroso</p>		
21	311625	<p>Disco de corte 7 polegadas</p> <p>Material: Óxido De Alumínio E Fibra De Vidro</p> <p>Diâmetro: 7 POL</p> <p>Tipo: Esmerilhadeira</p> <p>Aplicação: Materiais em aço carbono e aço inox, tais como tubos, chapas, perfis, barras e outros materiais ferroso</p>	UND	50
22	213522	<p>Disco Diamantado</p> <p>Material: Diamante</p> <p>Diâmetro: 105 MM</p> <p>Diâmetro Furo: 20 MM</p> <p>Tipo: Liso</p> <p>Aplicação: Mármore</p> <p>Características Adicionais: Refrigerado A Água</p>	UND	50
23	213524	<p>Disco Diamantado corte a seco</p> <p>Material: Diamante</p> <p>Diâmetro: 105 MM</p> <p>Diâmetro Furo: 20 MM</p> <p>Tipo: Segmentado</p> <p>Aplicação: Concreto</p>	UND	50
24	449206	<p>Espátula 4'</p> <p>Material Lâmina: Aço Galvanizado</p> <p>Tamanho: 4 POL</p> <p>Aplicação: Massa E Raspagem</p> <p>Comprimento: 130 MM</p> <p>Largura: 12 CM</p>	UND	10
25	449206	<p>Espátula dentada 2'</p>	UND	15

	CATMAT SEMELHA NTE	Material Lâmina: Aço Galvanizado Tamanho: 2 POL Aplicação: Massa E Raspagem		
26	445068	Esquadro Tipo: Precisão Material Régua: Aço Carbono Material Cabo: Metal Comprimento Régua: 10 POL Tipo Graduação: Dupla Características Adicionais: Cabo Com Furação Dupla	UND	20
27	622133	Estilete Tipo: Com Trava Espessura: 18 MM Material Corpo: Polipropileno Características Adicionais: Lâmina De Aço Carbono	UND	20
28	400916	KIT/Conjunto Broca para Metal 15 Peças Material: Aço Rápido Revestido Titânio DIN 338. Aplicação: Perfuração aço Componentes: brocas de 1.0, 1.5, 2, 2.5, 3, 3.5, 4, 4.5, 5, 5.5, 6, 7, 8, 9, 10 mm. Perfazendo o total de 15. Tipo: Escalonada Diâmetro: variados.	KIT	15
29	393364	Conjunto Chaves Combinadas Material: Aço Tamanho: 6 A 22 MM Características Adicionais: Com 17 Peças Tipo: Boca + Estria	KIT	15
30	299106	Jogo Chave Biela Material: Aço	KIT	5

		<p>Tipo: Biela</p> <p>Quantidade Peças: 12</p> <p>Aplicação: Serviços Gerais</p> <p>Componentes: 08mm, 09mm, 10mm, 11mm, 12mm, 13mm, 14mm, 15mm, 16mm, 17mm, 18mm, 19mm.</p> <p>Acabamento Superficial: Cromado</p>		
31	262706	<p>Linha Pedreiro</p> <p>Tipo: Trançada</p> <p>Tamanho: 100 M</p>	UND	20
32	604688	<p>Luva De Proteção par</p> <p>Material: Poliamida/Náilon</p> <p>Aplicação: Uso Geral</p> <p>Tipo Punho: Curto</p> <p>Tamanho: Variados</p> <p>Acabamento Palma: Revestimento Em Poliuretano</p> <p>Características Adicionais: Tricotada Em Náilon</p> <p>Tipo Uso: Reutilizável</p>	UND	50
33	443271	<p>Marreta</p> <p>Material: Aço Forjado E Temperado</p> <p>Material Cabo: Madeira</p> <p>Peso: 2 KG</p> <p>Tipo: Oitavado</p>	UND	5
34	376881	<p>Metro Dobrável</p> <p>Material: Alumínio</p> <p>Tipo Graduação: Dupla</p> <p>Comprimento: 2 M</p> <p>Tipo Sistema Medição: Decimal E Inglês</p>	UND	20
35	601642	<p>Nível Bolha</p> <p>Material Corpo: Liga De Alumínio E Plástico Pp</p>	UND	10

		Tipo Bolha: 3 Bolhas (Diagonal, Horizontal E Vertical). Comprimento: 300 MM		
36	601652	Nível Bolha Material Corpo: Liga De Alumínio E Plástico Pp Tipo Bolha: 3 Bolhas (Diagonal, Horizontal E Vertical). Comprimento: 600 MM	UND	10
37	483248	Pá Material Cabo: Madeira Aplicação: Construção Civil Material: Aço Formato: De Bico Tamanho: 300 MM Comprimento Cabo: 1,30 M	UND	10
38	470913	Pá Quadrada Material Cabo: Madeira Aplicação: Construção Civil Material: Aço Carbono Formato: Quadrada Tamanho: 330 X 275 MM Comprimento Cabo: 0,74 M Características Adicionais: Cabo Madeira Em Y	UND	10
39	251611	Talhadeira Material: Aço Tipo: Chato Comprimento Total: 12 POL Peso: 0,90 KG Aplicação: Pedreiro Acabamento Superficial: Pintado Características Adicionais: Com Apunhadura	UND	10
40	249986	Torquês	UND	15

		Material Corpo: Aço Forjado E Temperado Tipo: Armador Tipo Acabamento: Oxidado Tamanho: 12 POL Peso: 600 G Características Adicionais: Mandíbulas Lixadas		
41	429114	Trena 10m Material: Aço Flexível Comprimento: 10 M Tipo: Comum Características Adicionais: Graduação: Mm/Pol; Trava E Enrolamento Automático	UND	10
42	214222	Serrote Carpinteiro Material Lâmina: Aço Especial Temperado Dureza: Alta Dureza Material Cabo: Plástico Quantidade Furos: 3 UN Tipo: Travado E Afiado Comprimento: 22 POL Espessura: 0,80 M	UND	6
43	468648	Prumo Material: Aço Características Adicionais: Cordão Náilon E Calço Guia Madeira Peso: 500 G	UND	10
44	313933	Régua Pedreiro Material: Alumínio Comprimento: 2 M	UND	20
45	610475 CATMAT SEMELHA	Peneira fina Material Do Corpo: Madeira Material Da Peneira: Plastico Abs	UND	5

	NTE	Tipo: fina Aplicação: Construção Civil		
46	610475 CATMAT SEMELHA NTE	Peneira média Material Do Corpo: Madeira Material Da Peneira: Plastico Abs Tipo: média Aplicação: Construção Civil	UND	5
47	610475 CATMAT SEMELHA NTE	Peneira grossa Material Do Corpo: Madeira Material Da Peneira: Plastico Abs Tipo: grossa Aplicação: Construção Civil	UND	5
48	409623	Pistola Aplicadora Silicone Aplicação: Silicone Características Adicionais: Tipo: Manual, Com Gatilho E Mola De Retrocesso Material: Aço	UND	6

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.9 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

1.10. Todas as especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência são mínimas, podendo a empresa oferece material superior na vigência do contrato, que será decorrente de Ata de Registro de Preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nelas contidas nos termos do Capítulo V da lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº. 14.133/2021).

2.1. A aquisição dos itens elencados atenderá às necessidades da Secretaria de Educação. Essa necessidade se dá em razão de permitir que os alunos da rede pública frequentem

unidades escolares com condições mínimas de infraestrutura em cumprimento aos ditames e princípios constitucionais.

2.2. Esta aquisição tem como objetivo subsidiar um futuro procedimento licitatório, a ser processado por Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços - SRP, para selecionar empresas que forneçam FERRAMENTAS essenciais para a manutenção da infraestrutura das escolas.

2.3. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dita as normas da Educação Brasileira, em seu artigo 4º, item IX, aponta que o dever do estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de *“padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados;”* Nessa toada, a aquisição de FERRAMENTAS se dá de forma a corroborar o exposto, afinal, trata-se de itens que permitem manutenção das condições básicas de utilização da unidade. A aquisição permitirá a realização da manutenção escolar conforme necessário, visto que a equipe de profissionais do setor de infraestrutura atende à demanda de todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

A aquisição de ferramentas é uma medida essencial para a continuidade e o bom funcionamento das unidades escolares, sendo um recurso necessário para a realização de atividades de manutenção, pequenos reparos e outros serviços que garantem a infraestrutura e as condições adequadas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Além disso, o abastecimento do almoxarifado da Secretaria de Educação é uma medida estratégica para garantir a disponibilidade contínua de materiais que atendam às demandas de diversas unidades de ensino. As unidades escolares enfrentam desafios diários em relação à manutenção de suas instalações, seja pela utilização constante dos espaços, seja pela necessidade de realizar reparos urgentes. A falta de ferramentas adequadas e suficientes pode prejudicar o bom andamento das atividades educacionais e, consequentemente, a qualidade do ensino. O almoxarifado da Secretaria de Educação precisa ser abastecido de forma eficaz para garantir que as unidades escolares e outras dependências da Secretaria tenham acesso aos materiais e ferramentas necessários.

A contratação para o fornecimento de ferramentas para atender às unidades escolares e à Secretaria de Educação é uma medida estratégica para garantir a continuidade e o bom funcionamento das atividades educacionais, além de assegurar que as condições de

infraestrutura das unidades sejam adequadas. O abastecimento do almoxarifado da Secretaria, embora considerado uma exceção, é uma ação necessária para evitar a falta de materiais essenciais para o dia a dia das escolas e da administração.

Assim, a Secretaria de Educação cumprirá seu papel de proporcionar um ambiente adequado para o ensino e a aprendizagem, promovendo o desenvolvimento educacional e a gestão eficiente dos recursos públicos.

2.4. Diante disso, realizou-se um levantamento de especificação com o intuito de conhecer a real necessidade do Setor de Manutenção da Secretaria de Educação, assim como seus respectivos quantitativos. Nesse levantamento, foi considerada a opinião de cada profissional que trabalha diretamente com a MANUTENÇÃO das Unidades Escolares e a demanda de cada um somada com o quantitativo de Unidades Escolares. Tendo em vista a grande demanda de atendimentos solicitados diariamente à equipe de manutenção escolar, faz-se necessário a reposição dessas ferramentas, haja vista que o estoque disponível não é suficiente e que a última aquisição foi realizada no ano de 2019, o que motiva a aquisição de novos itens. Este instrumento fundamenta-se no número de servidores responsáveis pela manutenção e nas necessidades identificadas, bem como na quantidade de Unidades Escolares. Com base nesse levantamento, foi elaborado o quantitativo necessário para atender à demanda da Rede Municipal de Educação, o que resultou na formalização do processo licitatório.

2.5. Diante da análise desenvolvida no presente instrumento, conclui-se que a solução apresentada mostra-se a mais eficaz em termos de disponibilidade de mercado e economicidade, considerando a forma que a Administração Pública vem realizando contratações nesse viés. É possível verificar a variedade de fornecedores para o fornecimento do objeto estudado, assim como é possível ter uma clara visão do preço de mercado praticado. O modo de contratação também se mostra eficaz, obedecendo às diretrizes da Lei 14.133/2021, utilizando a modalidade de licitação (que é a regra) Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento “menor preço unitário por item”, por meio do Sistema de Registro de Preços, o que trás economicidade para a Administração Pública, uma vez que a aquisição fica a critério do Poder Público, de forma discricionária, considerando a mudança da situação fática da demanda, ainda que haja uma estimativa de necessidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A Administração Pública, visando garantir segurança e bem-estar nas Unidades Escolares e na Secretaria de Educação para, cada vez mais, melhorar o conforto dos alunos da Rede Pública de Ensino, optou por contratar Empresas especializadas para aquisição de **FERRAMENTAS PARA ATENDER, NO ANO DE 2025, AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ALÉM DE, EXCEPCIONALMENTE, ABASTECER O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

A disponibilidade de ferramentas para a manutenção das unidades escolares e da Secretaria de Educação é uma ação essencial para assegurar a continuidade e qualidade dos serviços prestados nas instituições de ensino. Com o aumento das demandas por infraestrutura nas escolas, bem como a necessidade de garantir um ambiente seguro e funcional tanto para alunos quanto para servidores, ter ferramentas adequadas para manutenção preventiva e corretiva torna-se fundamental.

A manutenção constante das unidades escolares é crucial para garantir que os espaços físicos, como salas de aula, quadras, banheiros, laboratórios e áreas externas, permaneçam em boas condições de uso, proporcionando um ambiente saudável e seguro para o processo de ensino-aprendizagem. Isso inclui a necessidade de reparar e conservar sistemas elétricos, hidráulicos, estruturais e de acessibilidade, além de realizar ajustes em equipamentos de uso pedagógico, como lousas, carteiras e dispositivos tecnológicos.

Além disso, a Secretaria de Educação também demanda essas ferramentas para realizar manutenções em seus próprios espaços administrativos e garantir o bom funcionamento das atividades administrativas e logísticas que suportam as escolas. A presença dessas ferramentas na Secretaria viabiliza, por exemplo, a organização de arquivos, manutenção de equipamentos de escritório e até mesmo a conservação das instalações internas da própria Secretaria, criando um ambiente de trabalho adequado para os profissionais da educação.

Conforme já consta do ETP, é importante ressaltar as desvantagens de contratar uma empresa para prestar serviços de manutenção utilizando ferramentas específicas, em vez de a Secretaria de Educação adquirir essas ferramentas diretamente. Primeiramente, o custo tende a ser mais elevado quando se opta pela contratação de uma empresa terceirizada, pois ela normalmente inclui uma margem de lucro nos serviços prestados. Isso pode resultar em valores significativamente mais altos do que se a Secretaria comprasse as ferramentas diretamente. Além disso, ao contratar uma empresa externa, a Secretaria perde o controle sobre as ferramentas utilizadas, o que pode impactar negativamente na qualidade e na adequação dos materiais às necessidades específicas das unidades escolares. A empresa pode

não realizar a manutenção de forma adequada ou utilizar ferramentas que não atendem completamente aos requisitos, comprometendo a eficiência do serviço.

Outro aspecto a ser considerado é a dependência da empresa terceirizada, o que pode causar atrasos no atendimento caso ela não esteja disponível quando necessário. Além disso, imprevistos, como a falta de materiais ou dificuldades com o prestador de serviços, podem prejudicar a solução de problemas urgentes. Se a Secretaria de Educação adquirir as ferramentas diretamente, ela elimina a dependência de terceiros, podendo realizar manutenções e reparos de forma mais ágil e eficiente. Essa autonomia proporciona maior flexibilidade, pois a Secretaria pode realizar os serviços conforme a demanda, sem depender da agenda ou disponibilidade de uma empresa contratada.

Aliás, a qualidade do serviço prestado pela empresa terceirizada pode ser afetada pela falta de conhecimento profundo sobre as necessidades específicas das unidades escolares. Embora empresas especializadas possam ter experiência em manutenção, elas podem não compreender completamente as particularidades da infraestrutura de cada escola, resultando em serviços que não atendem totalmente às exigências locais. Caso a Secretaria seja responsável pela compra e gestão das ferramentas, ela poderá adaptar melhor os materiais às necessidades específicas de cada unidade escolar, garantindo uma manutenção mais eficiente e alinhada às condições reais de cada escola.

Em resumo, a contratação de uma empresa terceirizada para serviços de manutenção pode apresentar desvantagens significativas em termos de custo, controle de qualidade, flexibilidade e dependência de terceiros, tornando a compra direta das ferramentas uma opção mais vantajosa e eficiente para a Secretaria de Educação.

Para justificar a aquisição de itens em forma de kit em uma licitação pública, são apresentados argumentos com base em eficiência administrativa, economia de escala, padronização e otimização dos processos de compra. **A seguir justificativa para os itens que serão adquiridos mediante kit:**

Eficiência e Otimização de Processos: A aquisição de kits facilita o processo de licitação e logística, reduzindo a complexidade de compra e distribuição. Em vez de adquirir os itens individualmente, comprar em kits simplifica a gestão do processo de compra e entrega.

Economia de Escala: A compra em formato de kit geralmente permite uma redução no custo unitário dos itens, já que fornecedores podem oferecer descontos quando produtos são adquiridos em conjunto. Isso resulta em economia para os cofres públicos.

Padronização: A aquisição de kits assegura que todos os itens sejam compatíveis e de qualidade uniforme. Isso evita disparidade entre diferentes produtos e garante que todos os itens adquiridos atendam ao mesmo padrão de qualidade e desempenho.

Redução de Custos Logísticos: A entrega de itens em kit pode reduzir os custos logísticos, como transporte e armazenamento, pois os itens já estão agrupados, otimizando o manuseio e a distribuição.

Agilidade na Entrega: A compra de kits reduz o tempo de espera para a entrega dos itens, uma vez que todos os produtos são adquiridos e entregues juntos, garantindo uma maior agilidade na disponibilidade dos itens necessários para o serviço público.

Simplificação no Controle de Estoque: Adquirir produtos em kits facilita o controle de estoque, já que o gerenciamento é feito sobre conjuntos completos de itens, minimizando a necessidade de acompanhar individualmente o inventário de cada produto.

Essas justificativas demonstram que a aquisição em formato de kit é uma decisão estratégica que beneficia a administração pública, promovendo eficiência, economia e padronização.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme o art. 28, inciso I, e o art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021, com o tipo de julgamento "menor preço unitário por item". A licitação será aberta a fornecedores locais, regionais e nacionais, e as especificações dos produtos serão definidas com base nos padrões usuais de mercado.

A solução escolhida para esta contratação, considerando sua viabilidade econômica, técnica e ambiental, será a modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme os termos da Lei nº 14.133/2021. O Registro de Preços é uma ferramenta importante e eficiente para a Administração Pública, especialmente quando sua utilização é conveniente. Ele simplifica e otimiza os processos licitatórios, proporcionando várias vantagens, como o aperfeiçoamento do planejamento, aumento da eficiência administrativa, redução de licitações redundantes, maior agilidade nas contratações e flexibilidade para o órgão público, que poderá realizar ou não a aquisição conforme a necessidade.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) facilita diversas contratações, concomitantes ou sucessivas, sem a necessidade de novos procedimentos licitatórios para cada uma, atendendo a um ou mais órgãos ou entidades públicas. O quantitativo de itens, conforme demonstrado nas tabelas anexadas, será considerado na execução do processo. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma ferramenta que permite ao município ou à instituição registrar um preço para a contratação de serviços ou fornecimento de materiais, o que proporciona condições comerciais mais vantajosas. Ao registrar esses preços, o município consegue obter descontos



e melhores condições ao adquirir um volume maior de produtos ou serviços. Isso é especialmente relevante para as unidades escolares e para a Secretaria de Educação, que frequentemente necessitam de ferramentas para a manutenção das unidades escolares e o núcleo central da Secretaria de Educação. A reposição contínua dessas ferramentas é essencial para assegurar que os profissionais desempenhem suas funções de forma adequada, com a devida segurança e eficiência. Portanto, a contratação via SRP é uma solução eficaz para atender a essas demandas, incluindo as urgentes e eventuais.

Além disso, o SRP oferece diversas vantagens. Uma delas é a flexibilidade, pois permite a aquisição de itens conforme a demanda, com a possibilidade de realizar compras parceladas, ajustadas às necessidades que surgirem durante o período de vigência da ata. Outra vantagem significativa é a economia de escala, já que, ao centralizar as compras e negociar com um único fornecedor ou com fornecedores registrados, é possível obter preços mais competitivos devido ao volume de aquisição. A agilidade na contratação também é um ponto forte do SRP, pois o processo licitatório para o registro de preços já ocorreu previamente, o que facilita e acelera a formalização das contratações conforme as necessidades surgem. Por fim, o SRP favorece o planejamento e a previsibilidade, permitindo que as contratações sejam feitas de forma mais estratégica, considerando que as demandas de ferramentas para as unidades escolares são recorrentes e podem ser previstas com razoável antecedência.

Portanto, a utilização do Sistema de Registro de Preços para o fornecimento de ferramentas se configura como uma solução eficiente e vantajosa, garantindo a continuidade das atividades escolares e a manutenção de um ambiente seguro e adequado.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, com a execução dos pedidos conforme a solicitação do contratante, por meio de nota de empenho, com fornecimento conforme as conveniências e necessidades definidas pelo Setor de Patrimônio da Secretaria de Educação. Embora não haja regulamentação específica para o SRP no âmbito do município de Nova Friburgo, em conformidade com o Decreto Federal nº 11.462, de 31/03/2023, justificamos a utilização do respectivo procedimento auxiliar, nos termos do art. 3º, inciso I, desse diploma legal:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32;
ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

3.3 Este tipo de contratação vem sendo praticada nos mesmos moldes em todo o território nacional. Além de diversas contratações similares, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda da Administração Pública, caracterizando, assim, como a melhor solução é mais viável para o objeto em questão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21).

4.1. A presente aquisição deverá ser atendida com um padrão mínimo de qualidade e durabilidade. **Todo material**, bem como seus componentes exigidos, deverão ser novos e dentro das regulamentações e normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, **Certificado pelo INMETRO**, atendendo a todas as especificações que constam no Termo de Referência, entregues em perfeito estado, sem defeitos, sem indícios de umidade e/ou corrosão, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade;

4.2. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1. Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

4.1.1.1.2. Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.1.3. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas,

observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

- a) Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.1.1.4. Para Atividades potencialmente poluidoras e utilizadores de recursos ambientais, deverá ser observado o Anexo I da IN 13/2021 IBAMA, consolidado pela IN 6/2022. As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.1.1.5. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.1.1.1.6. Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.1.1.1.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.3 DA EXIGÊNCIA E APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA FÍSICA:

4.3.1. Para fabricação e comercialização dos produtos, são impostos alguns requisitos para comprovação, com um padrão mínimo de qualidade, tendo em vista a sua durabilidade, integridade e segurança. Diante disso, para assegurar êxito e melhor instruir o processo, a descrição do produto é fundamental no processo de compra, uma vez que apresentam as



características básicas do bem que se pretende adquirir, dentro dos padrões mínimos de qualidade desejados e na forma mais vantajosa para a Administração Pública. Para tal, antes da adjudicação, a Secretaria de Educação se reserva o direito de solicitar amostras e, quando pertinente, seus certificados e laudos. A aprovação das amostras será realizada por um profissional qualificado do Setor de Almoxarifado, que avaliará as características técnicas e a conformidade dos materiais propostos para compor o equipamento de trabalho do Setor de Manutenção. O resultado da avaliação será comunicado ao Pregoeiro, que tomará as decisões necessárias. Todo material, bem como os componentes exigidos, deverão ser novos, atendendo os padrões mínimos de qualidade e dentro das regulamentações e normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Certificado pelo INMETRO, atendendo a todas as especificações que constam no Termo de Referência, entregues em perfeito estado, sem defeitos, sem indícios de umidade e/ou corrosão, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

4.3.1.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.1.2. O prazo para apresentação das amostras será de 10 (dez) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;

4.3.1.3. As amostras deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria de Educação, endereço e horário de funcionamento neste Termo de Referência, devidamente identificadas contendo as informações quanto às características;

4.3.1.4. As amostras serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência;

4.3.1.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

I) Robustez, segurança, durabilidade, atendimento à especificação, certificação pelo INMETRO;

II) Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;

4.3.1.6. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessárias ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.3.1.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não forem aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência

4.3.1.8. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

4.3.1.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.3.1.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.1.11. O licitante deverá retirar as referidas amostras, caso não sejam aprovadas, no prazo de 07 (sete) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados e/ou descartados pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.3.1.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

I) Não se faz necessária sua aplicação para este objeto, uma vez que, trata-se de Registro de Preços, que encontra regulamentação através do Decreto Federal nº 11.462/2023, visto que a Administração Pública pode ou não adquirir ou contratar o produto que estiver registrado;

II) Todos os equipamentos, acessórios e materiais necessários para a entrega, montagem (se houver) e eventual substituição de peças (tais como: logística de entrega, parafusos, peças, silicone, pinos e buchas, caso houver) serão de responsabilidade da contratada; e os preços ofertados deverão englobar todos os custos.



4.5. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 2 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.6. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. É indispensável que todo produto licitado atenda às especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas.

- a) A entrega do objeto será efetuada por Registro de Preços, atendendo ao pedido e a necessidade da Administração Pública, através do responsável pelo setor correspondente, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da(s) Nota(s) de Empenho(s).
- b) A empresa vencedora deverá realizar a entrega do produto, substituir os que estiverem em inconformidade com o requisitado, sem ônus para Administração, em prazo especificado no Termo de Referência.
- c) As solicitações deverão ser atendidas nos prazos estipulados;
- d) O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente;
- e) Os produtos serão recebidos no Almoxarifado da Secretaria de Educação (Endereço, telefone, referência e horário/dias de funcionamento a baixo) no local indicado pelo responsável do Almoxarifado.

Secretaria

requisitante:

Almoxarifado da Secretaria de Educação

Endereço:

Rua: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D’Antas -
Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220

Tel: (22) 2529-3388

Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3 - Subida em frente ao
restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.

Horário de entrega e de 07h30 até as 14h30 - de segunda a quinta-feira
descarga: (impreterivelmente).

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, juntamente com a nota fiscal pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente prazo de 3 (três) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado;

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;

5.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

5.10. A garantia abrange a realização da manutenção e/ou troca dos bens pelo próprio Contratado;

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser corrigidas e/ou substituídas por outras novas, de primeiro uso, que



apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação;

5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado;

5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

5.15. Decorrido o prazo para reparos e/ou substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda;

5.16 O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);



- 6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);
- 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);
- 6.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);
- 6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)
- 6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 6.10. Será exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- 6.11. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21;
- 6.12. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto;
- 6.13. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.14. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 6.15. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;



6.16. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.17. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.17.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação licitada;

6.17.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.17.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.17.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº. 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021).

7.1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.2. Todos os materiais serão recebidos no Almoxarifado da Secretaria de Educação, conforme solicitação, no seguinte endereço: Rua Herculano Gomes de Silva, nº 201, Córrego D’antas, Nova Friburgo-RJ, CEP: 28630220;

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 e ao Decreto nº 3116 de 18 de setembro de 2024 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art.



157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginascentralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4. Do pagamento da despesa:

7.4.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço por item).

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

b) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

c) A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

d) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

e) Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

f) É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



- g) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- h) Se o fornecedor for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- i) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.3. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.3.1. Habilitação Jurídica:

- a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

1.1 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.4.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.4.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.4.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.5 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.5.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.5.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for

declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.5.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.6 Qualificação Econômico-Financeira:

8.6.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.6.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.6.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.6.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.6.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.6.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.6.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela

pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.7 Qualificação Técnica:

8.7.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.7.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.7.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.7.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.7.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. Da Contratada:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;



- d)** Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f)** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g)** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h)** Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m)** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

- a)** Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;



- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa à contratada que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- 10.3.1. Advertência;
- 10.3.2. Multa;
- 10.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida

sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘I’, da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 40.101,67 (quarenta mil, cento e um reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘J’, da Lei nº 14.133/2021).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação, previstos no presente Termo de Referência, correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

12.1.1.	Órgão/Unidade Orçamentária:	Secretaria de Educação
		22002.1236100542.140
12.1.2.	Programa de Trabalho:	22003.1236500642.160
		22004.1236500732.177
12.1.3.	Fonte de Recurso:	150010010000
12.1.4.	Natureza da Despesa:	3.3.90.30.32



12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 07 de abril de 2025.

ELABORADOR	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Miguel Ângelo Bueno Fernandes Responsável pelo Almoxarifado Matrícula nº. 116.275	<hr/> Márcia Irene dos Santos Coordenadora de Manutenção Escolar Matrícula nº. 105.571

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein

Secretária de Educação

Matrícula nº. 990.953